

Infraestrutura Há consenso sobre a flexibilização de regras, mas fortes divergências em relação ao grau de abertura

Conteúdo local gera “racha” no governo

Daniel Rittner e Rodrigo Polito
De Brasília e do Rio

O governo deverá fechar na próxima semana as regras de conteúdo local para a 14ª rodada de licitações de blocos exploratórios da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Após uma série de consultas ao setor privado, está prevista para segunda-feira uma reunião decisiva do comitê diretivo do Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural (Pedefor) para deliberar sobre o tema.

Os integrantes do comitê chegam divididos à reunião. Há consenso em torno de uma flexibilização das regras atuais. Existem fortes divergências, no entanto, em relação ao grau de abertura a fazer. Um dos pontos que opõem as duas alas é a forma de cálculo do conteúdo local na exploração e desenvolvimento dos projetos.

De um lado estão Casa Civil, Fazenda e Minas e Energia. Eles têm forte interesse em criar um ambiente atrativo para investidores nos próximos leilões de pe-

tróleo e estão de olho no potencial de arrecadação das disputas.

De outro lado fica um grupo que reconhece a necessidade de ajustes na política em vigência, mas se diz preocupado com o futuro da cadeia de fornecedores para a indústria do petróleo. Essa corrente é composta pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e pela ANP.

Hoje as regras de conteúdo local exigem que tudo seja calculado item por item, com base em uma planilha extensa de setores e subsetores. As petroleiras reclamam da complexidade da metodologia e dizem que isso dificulta o cumprimento das exigências.

O primeiro grupo defende um índice global, mas a ideia enfrenta oposição da indústria, que vê um risco elevado de que o conteúdo local seja preenchido com muitos serviços e poucos bens.

A ala mais “desenvolvimentista” também não concorda do modelo vigente, mas prefere uma divisão das exigências de conteúdo local em três a cinco



England, da Deloitte: mudanças nas regras podem tornar setor mais atrativo

segmentos, justamente para evitar os riscos apontados pela indústria. Essa ala recorre a números da consultoria internacional EY (antiga Ernst & Young) para rebater os argumentos de que a política de nacionalização gera atrasos na exploração de campos de petróleo no Brasil. Levantamento feito pela EY indica que 78% das plataformas encomendadas em todo o mundo acabam atrasando e 53% têm algum estouro no orçamento original.

Há divergência, ainda, de até 15 pontos percentuais nas propostas de conteúdo local mínimo que serão debatidas na segunda-feira. Uma minuta de decreto presidencial que está pronta pode modificar o equilíbrio de forças no comitê diretivo do Pedefor. A minuta prevê a exclusão do BNDES, da Finep e da ANP do fórum. Com isso, o Mdic ficaria como voz isolada nas discussões.

De acordo com pessoas próximas do assunto, a tendência é

que sejam definidas neste primeiro momento as regras de conteúdo local para a 14ª rodada e para a terceira rodada de áreas sob o modelo de partilha (o leilão do pré-sal), que o governo decidiu antecipar de 2018 para novembro de 2017. A política de conteúdo local que será adotada a partir de 2018 deverá ser deliberada somente mais adiante.

O comitê do Pedefor encaminhará uma proposta de resolução ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que havia decidido em sua última reunião, em dezembro, não fazer exigências de conteúdo local para a 4ª rodada de áreas com acumulação marginal, a “rodadilha”, que ofertará campos terrestres, prevista para maio. Para o segundo leilão do pré-sal, que o governo planeja antecipar para o primeiro semestre e no qual serão ofertadas quatro áreas unitizáveis (descobertas cujos reservatórios se estendem para além dos limites da concessão), serão aplicados os percentuais de conteúdo local na área sob contrato adjacente.

Para o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), a definição das re-

gras de conteúdo local para a 14ª rodada será determinante para o sucesso do leilão. “Essa questão do conteúdo local que está na pauta [do governo] será fundamental para o sucesso ou insucesso das rodadas [da ANP] de 2017. E o grande indicador de que estamos no caminho certo será o resultado das rodadas”, disse o presidente do IBP, Jorge Camargo.

Para o vice-presidente da Deloitte nos Estados Unidos e líder mundial da área de óleo e gás natural da empresa de consultoria, John England, as mudanças na política de conteúdo local, junto com outras medidas, como a abertura da operação do pré-sal para outras companhias além da Petrobras, tende a tornar o setor petrolífero brasileiro, mais atrativo para investidores externos.

“[Fazer] mudanças nas regras de conteúdo local é [algo] muito atrativo [para investidores]. As pessoas acreditam que [o governo] está indo na direção correta. Elas querem ter certeza que isso continuará e será em longo prazo”, disse o executivo, que está no Brasil para uma série de compromissos corporativos. (Colaboração Bruno Peres, de Brasília)

Petrobras calcula perda tributária de R\$ 36 bi em 8 anos

De Brasília

União, Estados e municípios estão deixando de arrecadar R\$ 36 bilhões em oito anos com atrasos na exploração de petróleo e gás por causa da política de conteúdo local. O cálculo foi feito pela Petrobras com base em supostas perdas na arrecadação com royalties, participações especiais e Imposto de Renda.

Em campanha nos bastidores

por uma flexibilização das regras atuais, que considera excessivamente rígidas, a Petrobras entregou um amplo estudo às principais autoridades na Esplanada dos Ministérios envolvidas nas discussões. O levantamento indica que, se fosse seguido à risca o planejamento original para a exploração e produção nos campos com participação da Petrobras (sozinha ou com outras petroleiras), os três níveis de governo re-

ceberiam R\$ 85 bilhões em receitas no período de 2014 a 2021.

Devido aos atrasos e ajustes no ritmo de exploração, as receitas serão bem mais modestas e ficarão em R\$ 49 bilhões. O estudo foi encaminhado à Casa Civil e aos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Todos têm voz e voto no comitê que discute, desde o ano passado, uma revisão das regras de conteúdo local.

Isso não significa que União,

Estados e municípios vão perder esses recursos. Mas, em vez de ter um reforço imediato no caixa, os ganhos potenciais só vão se materializar em um futuro incerto. Na maioria dos casos, conforme sublinha a Petrobras no documento, há relação direta com as exigências de conteúdo local.

Houve atrasos, segundo a estatal, na entrega de pelo menos seis plataformas. A P-66 e a P-67, que deveriam ter sido finalizadas em

2014, só vão operar neste ano. A P-68 e a P-69, que deveriam ter entrado em funcionamento em 2015, ficaram para 2018. Situação ainda pior é a das plataformas P-70 e a P-71. Previstas inicialmente para 2016, elas serão entregues apenas em 2019.

A demora na entrega das encomendas não necessariamente impediu o início das atividades de exploração. Para evitar prejuízos ainda maiores, a estatal tem

recorrido ao afretamento temporário de plataformas para dar pontapé nas atividades, mas isso frequentemente significa um ritmo de exploração mais lento.

Um exemplo de suposta ineficiência das regras atuais, mencionado pela Petrobras nas conversas com o governo, é a encomenda de uma plataforma para o campo de Libra. No exterior, sai 40% mais barata que a similar nacional. (DR)

BANCO ORIGINAL, JUSTO E TRANSPARENTE.

PACOTE ORIGINAL ILIMITADO POR APENAS R\$ 9,90 MENSAIS*.

100% DIGITAL BAIXE O APLICATIVO E ABRA SUA CONTA PELO CELULAR.

original.com.br

Banco ORIGINAL

Você é original. Esse banco é seu.



